



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Isabella Santos

Redes e grupos de interesse antiaborto na América Latina

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Natália Nobrega de Mello

São Paulo

2023

RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar as redes e grupos de interesse antiaborto na América Latina, com o objetivo principal de discutir o caráter internacional do fenômeno observado, a guerra contra políticas de gênero como um fenômeno transnacional de longa duração. A partir da apresentação de uma revisão bibliográfica das pesquisas disponíveis sobre o tema, expondo seus estudos de caso, comparações e conclusões, foi possível identificar que os movimentos religiosos conservadores influenciam direta e indiretamente as políticas públicas de gênero da região, operando como intermediários entre os políticos e a Igreja, além de influenciar significativamente a opinião pública desses países. Investiga-se, portanto, as organizações não governamentais “pró-vida” estadunidenses que vêm se desenvolvendo e se espalhando cada vez mais na região, a Heartbeat International e a Human Life International, como exemplos de atores agindo neste fenômeno. Em suma, os estudos atualmente à disposição permitem identificar um padrão de atuação com inúmeras semelhanças nos processos observados em países latino-americanos, na restrição dos direitos ao aborto.

Palavras-chave: Movimentos antiaborto. América Latina. Aborto. Antigênero. Redes de interesse. Heartbeat International. Human Life International.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	5
3. ESTUDOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA IGREJA NO CONTEXTO LATINOAMERICANO	9
3.1. REDE PRÓ-YUCATÁN.....	12
3.2. O MOVIMENTO SIM À VIDA EM HIDALGO.....	13
3.3. ESTRATÉGIAS FAVORECIDAS PELO PODER DE INFLUÊNCIA DO CLERO	14
4. ESTUDOS SOBRE A INFLUÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS “PRÓ-VIDA” E “PRÓ-FAMÍLIA”	17
4.1. HEARTBEAT INTERNATIONAL (HI).....	18
4.2. HUMAN LIFE INTERNATIONAL (HLI)	20
4.3. IMPACTOS OBSERVADOS	21
5. ESTUDOS DE COMPARAÇÃO DAS RETÓRICAS E GRAMÁTICAS DE MOVIMENTOS ANTIABORTO	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
7. BIBLIOGRAFIA.....	29

1. INTRODUÇÃO

A América Latina concentra atualmente uma porcentagem significativa do número de mulheres que fazem aborto inseguro a nível mundial, com uma alta taxa de mortalidade. Na década de 1980, a chamada "década perdida", que exacerbou desigualdades econômicas e sociais através de políticas neoliberais focadas no serviço da dívida externa, grupos feministas já buscavam chamar atenção para a realidade social do aborto clandestino na região. Entretanto, esses grupos pró-escolha enfrentaram ampla condenação, tanto por parte da mídia quanto por políticos e pela Igreja, e tiveram dificuldade em conquistar aliados. Na época, o legado de regimes autoritários conservadores ainda era muito recente, a sociedade civil era frágil e o equilíbrio de poder favorecia a Igreja e os conservadores. (BLOFIELD; EWIG, 2017)

Ao final dos anos 1990, a América Latina passou por uma transição do neoliberalismo para governos mais à esquerda, o que aumentou as esperanças de acadêmicos e ativistas da área, de uma transformação social na região (FRIEDMAN, 2018). Seguindo no tempo para a virada do milênio, avançamos para um contexto em que o debate e até mesmo o campo "de jogo" da política de aborto já se demonstravam mais abertos. Os esforços feministas, os relatórios de saúde pública sobre o escopo dos abortos clandestinos e as mudanças sociais estavam ajudando a influenciar a opinião pública. Embora a maioria dos latino-americanos permaneça católica, e o evangelicalismo na região tenha crescido (com grupos evangélicos muitas vezes igualmente conservadores em relação à política de aborto), de acordo com Blofield e Ewig (2017), a frequência à igreja, por exemplo, diminuiu.

O fato é que em toda a região, as ativistas feministas pelos direitos ao aborto estavam mais encorajadas. Seus esforços foram fortalecidos à medida que agências internacionais, como o Fundo de População das Nações Unidas, deram apoio financeiro a elas, vendo a mudança para a esquerda como uma oportunidade política para melhorar os direitos reprodutivos. Afinal, em 2005, a grande maioria dos países latino-americanos era governada por estados cujos executivos, se não seus legislativos, se identificavam como estando à esquerda do espectro político. Entretanto, neste contexto da maré rosa, as alianças entre forças políticas progressistas e religiosas conservadoras desempenham um papel central na determinação do destino de questões políticas que contestam profundamente as normas tradicionais ou culturais na América Latina, como é o caso do aborto, dentre outras políticas de gênero. (BLOFIELD; EWIG, 2017) (FRIEDMAN, 2018)

No Chile, na Cidade do México e no Uruguai, entre outros, ativistas feministas mobilizaram-se para liberalizações políticas que transformaram o panorama dos direitos reprodutivos da região. Ao mesmo tempo, os movimentos antiaborto, em conjunto com a Igreja Católica, pressionaram com sucesso por restrições políticas draconianas, por exemplo, em El Salvador e na Nicarágua. O debate controverso também ocorreu na Argentina e no Brasil, onde movimentos que buscavam objetivos opostos saíram às ruas em protesto (REUTERSWÄRD, 2021). Um olhar através das lentes de gênero e sexualidade corrói qualquer noção unificada da Maré Rosa como uma experiência política comum na América Latina. Friedman (2018), aborda cenários de conflito aberto entre a esquerda e uma agenda feminista, como os encontrados na Nicarágua de Daniel Ortega e no Equador de Rafael Correa, com seus ataques diretos aos direitos das mulheres e seus defensores. A bibliografia também inclui cenários mais colaborativos, como os presenciados durante o governo da Frente Ampla no Uruguai, quando a mobilização e as alianças entre movimentos feministas e LGBT promoveram conquistas como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto. Conclui-se que embora um governo de esquerda seja uma condição necessária para a liberalização da política de aborto, não é suficiente. Na Argentina, por exemplo, o que chocou e causou discussões acaloradas na esquerda intelectual do Norte Global foi o encontro no país de uma trajetória inversa em direitos sexuais e de gênero em comparação com a Europa Ocidental, onde o aborto foi legalizado primeiro e apenas décadas depois o casamento gay e os direitos dos transgêneros foram debatidos. (FRIEDMAN, 2018)

A oposição e reação local às políticas de igualdade de gênero e aos direitos das mulheres e LGBTQI+ observada em alguns dos países da região está, na verdade, interligada ao resultado da cooperação entre grupos e organizações locais, nacionais e transnacionais, alguns dos quais foram estabelecidos já na década de 1990 mencionada no início do texto. As principais narrativas consistem sobretudo no enfoque da ameaça que a "ideologia de gênero" representa para as crianças e para a família e, em última análise, para toda a sociedade. O discurso é muito semelhante em diferentes países, contextos culturais e políticos. E não se trata de uma coincidência. (KOROLCZUK, 2014)

O que ocorre é que muitos movimentos locais de oposição a políticas de gênero surgiram na mesma época e com agendas quase idênticas, grande parte deles estão interligados por meio de organizações maiores, principalmente norte-americanas, ou por meio de redes online, como fóruns na internet, mídias sociais, blogs e sites de notícias. É verdade que, em um mundo em mudança, essa convergência também pode ser resultado de transformações contemporâneas da família, de uma modernização do contrato de gênero, baixas taxas de fecundidade ou da

pluralização dos arranjos familiares. Entretanto, dadas as semelhanças marcantes entre os argumentos e estratégias retóricas principais, é razoável supor que pelo menos alguns dos grupos nos diferentes países da região cooperem e compartilham conhecimento e recursos sobre o tema, usando estratégias adaptadas aos respectivos contextos locais. (KOROLCZUK, 2014)

Dado o caráter transnacional desse fenômeno, Brandão (2023) evidencia alguns dos grupos e atores estadunidenses e latino-americanos que atuam para legislar em prol da restrição da prática do aborto em países da região. Em específico, Vidal e Martins (2023) analisam a atuação de determinadas instituições estadunidenses que operam em diversos países da América Latina tendo como objetivo a difusão de uma agenda que se apresenta como “pró-vida” e contrária ao aborto. Segundo as autoras, a agenda antiaborto nos EUA e a sua capilarização na América Latina desenvolveram-se a partir de instituições como o *Human Life International* (HLI) e a *Heartbeat International* (HI). Além disso, são apontados os elos entre grupos e lideranças estadunidenses distribuídos na América Latina e, em específico, no Brasil. (VIDAL; MARTINS, 2023)

Ainda segundo Vidal e Martins (2023), desde que a Suprema Corte estadunidense legalizou o aborto em 1973, instituições contrárias à medida nos EUA se tornaram um fenômeno frequente. E entre os grupos e centros que atuam para reverter essa legalização, estão HLI e *Heartbeat International*, instituições sem fins lucrativos, que não poderiam participar em atividades político-partidárias dentro e fora dos EUA, embora participem. Elas possuem um alto nível de organização e de distribuição ao redor do globo. Apoiadas e muitas vezes financiadas por instituições desse país do norte global, as instituições parceiras latino-americanas, vem pressionando por uma agenda que criminaliza o aborto. Esses grupos atuam em rede e circulam nos mesmos espaços, trata-se, portanto, de uma composição relativamente homogênea onde transitam com facilidade nas instâncias legislativas, executivas e judiciárias, legitimados por um discurso moral e religioso. Eles pressionam por projetos de lei, emendas constitucionais e pela escolha de nomes atrelados a esses grupos nas instâncias da política formal. Além disso, estabelecem alianças com outras instituições e países, atuam no judiciário buscando pressionar por uma jurisprudência que lhes seja favorável e organizam manifestações na sociedade. (VIDAL; MARTINS, 2023)

De acordo com as autoras, o objetivo final é a manutenção de privilégios de classe, raça e gênero, ou seja, de uma hegemonia branca, heteronormativa, masculina e oriunda de uma classe econômica dominante. A qual se caracteriza pela promoção e difusão de um tipo de arranjo social antagônico: enquanto defende-se o Estado mínimo e a liberdade individual no âmbito do livre mercado, ao mesmo tempo trata-se de um Estado controlador e persecutório no

âmbito social, principalmente no que diz respeito às mulheres. Basicamente se busca a manutenção de privilégios de classe, raça e gênero.

A atuação desses grupos contra o aborto reflete um modelo capitalista de sociedade que defende a propriedade privada ao mesmo tempo que proíbe a mulher de usufruir da propriedade do seu corpo. (...) Todo o trabalho de reprodução social é delegado para a mulher. (VIDAL; MARTINS, p.388, 2023).

Isso posto, o presente trabalho pretende se aprofundar nesses dois exemplos claros de atuação estratégica transnacional de grupos antiaborto na América Latina mencionados: a *Human Life International* (HLI) e *Heartbeat International* (HI). Tendo em vista que ainda há poucas bibliografias focadas em redes e grupos de interesse antiaborto na América Latina, o objetivo principal deste trabalho gira em torno de trazer uma revisão bibliográfica das pesquisas existentes, apresentando os temas e casos de estudo, conclusões e por fim discutir as lacunas encontradas. Primeiro, o texto expõe uma discussão histórica, já brevemente apresentada na introdução, sobre a atuação de governos de esquerda na liberalização ou não do aborto, tendo como objeto de estudo o período da maré rosa na região. Além disso, é posto o debate sobre os movimentos antiaborto no mundo e na América Latina. Depois, enfoca-se na influência significativa da Igreja enquanto instituição nesse fenômeno, a partir de análise do caso mexicano. Em seguida, é apresentada a análise de organizações pró-vida norte-americanas, como exemplos de atuação estratégica transnacional de grupos antiaborto na região. Logo após, um resumo das constatações observadas pelos poucos estudos existentes que já comparam diferentes casos desse fenômeno observado na região. Por fim, o trabalho expõe a lacuna existente na compreensão e identificação das estratégias de transnacionalização das redes e grupos mencionados, a fim de finalmente permitir uma análise e discussão mais aprofundadas da guerra contra políticas de gênero como um fenômeno transnacional e de longa duração.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O livro de Friedman (2018), destrói os binarismos da Guerra Fria que muitos estudiosos ainda sustentam, sobre capitalismo vs. socialismo e religião vs. secularismo, já que eles afetam os direitos e movimentos sociais das mulheres e pessoas LGBTQI+. Tendo em vista que feministas e queers foram atacados por todos os lados ideológicos em diferentes momentos e espaços históricos, mas poucas pesquisas foram realizadas para analisar como isso aconteceu dentro da Maré Rosa da América Latina, a autora se propõe a fazê-lo. Ela destaca como discursos de direita, muitas vezes de inspiração religiosa, alegando que a “ideologia de gênero” é perigosa para a família tradicional estão proeminentemente incorporados em processos políticos em lugares tão diversos como França, Estados Unidos, Uganda e Malawi, bem como Chile, Equador e outros países latino-americanos. (FRIEDMAN, 2018)

Passada a onda rosa, o livro argumenta que houve uma reviravolta que inaugurou a chamada "direita pós-neoliberal". O brasileiro Michel Temer é utilizado de exemplo, assim como seus colegas reacionários em outras partes das Américas, que representam um retorno ao estilo neoliberal dos anos 1990. Além disso, em resposta aos esforços dos líderes conservadores para criminalizar o aborto, tornando difícil para os profissionais de saúde do serviço nacional de saúde atender mulheres que procuram aborto, a “Primavera Feminista” do Brasil é utilizada de exemplo, tendo em vista que trouxe dezenas de milhares de mulheres às ruas em novembro de 2015. (FRIEDMAN, 2018)

Blofield e Ewig (2017), além de fazerem uma contextualização histórica sobre o tema, já apresentada na introdução, o artigo também aborda o "enigma" dos governos de esquerda e a reforma da política de aborto durante a maré rosa da América Latina. As autoras argumentam que justamente contrariando as expectativas, as reformas do aborto dos governos de esquerda neste período variaram desde a legalização total até o apoio à proibição absoluta. E confirmando estudos anteriores, elas argumentam que a reforma do aborto é diretamente influenciada por fatores como: opinião pública, nível de secularização, força da mobilização feminista em relação à mobilização religiosa conservadora e ideologia do governo. Dessa forma, as autoras concluem que, embora um governo de esquerda seja uma condição necessária para a liberalização da política de aborto, ele não é suficiente, pois o tipo de partido de esquerda é crucial. Afinal, esquerdas partidárias institucionalizadas se mostraram mais propensas a liberalizar do que governos populistas de esquerda. (BLOFIELD; EWIG, 2017)

Há uma concordância, portanto, entre as autoras Blofield e Ewig (2027) e Friedman (2018) em sua análise sobre a Maré Rosa. Elas destacam que o período trouxe uma atividade política sem precedentes sobre a política de aborto, afinal a reforma surgiu nas agendas políticas na maioria dos países da região. Entretanto, a reforma real variou significativamente, desde a legalização total até o apoio à proibição absoluta. Elas também concordam que pesquisas anteriores não explicaram sistematicamente essa variação, e complementam o debate com sua análise sobre utilizando-se da tipologia quádrupla de Levitsky e Roberts, que distinguem os governos de esquerda entre uma esquerda partidária institucionalizada; um movimento à esquerda; uma máquina populista; e uma esquerda populista. Tipos esses que diferem em duas características fundamentais: seu nível de institucionalização e seu locus de autoridade política. (BLOFIELD; EWIG, 2017)

Já Korolczuk (2014), inicia uma nova dimensão de pesquisa, a com foco nos movimentos antiaborto. Em seu capítulo publicado, ela começa por apresentar uma carta pastoral da Conferência Episcopal da Polônia, tornada pública e lida nas igrejas em 2013, e onde o clero afirmava que "a ideologia de gênero é o produto de muitas décadas de mudanças ideológicas e culturais que estão profundamente enraizadas no marxismo e no neomarxismo endossados por alguns movimentos feministas, e na revolução sexual." (Korolczuk, 2014, p.1, tradução própria)¹ Segundo a autora, esta carta é apenas uma das muitas iniciativas da Igreja Católica e de políticos e grupos conservadores para combater a chamada "ideologia de gênero" na Polônia. Esforços que, empreendidos em nome de "salvar" as crianças, a família tradicional e toda a civilização, incluem declarações, protestos, campanhas nos meios de comunicação, reuniões e até mesmo formação antigênero oferecida àqueles que querem envolver-se (KOROLCZUK, 2014).

Embora concentrada no contexto europeu, a proposta de Korolczuk (2014) é justamente interpretar a guerra contra o gênero como um fenômeno transnacional e não local, e dificilmente um fenômeno recente. Tanto na Polônia como em outros países, a noção de gênero apenas ganhou força recentemente, mas o pânico moral em torno da educação sexual nas escolas, dos direitos LGBTQI+ e da pedofilia, por exemplo, não são um fenômeno novo. É necessário interpretá-los como uma nova fase de um processo de longo prazo. Ela explica que a oposição à chamada ideologia de gênero pode assumir diferentes formas organizacionais, incluindo:

¹ Texto original: "Gender ideology is the product of many decades of ideological and cultural changes that are deeply rooted in the Marxism and neo-Marxism endorsed by some feminist movements, and also the sexual revolution."

organizações não governamentais (ONG) internacionais ou transnacionais, com o objetivo de limitar o reconhecimento dos direitos LGBT e reprodutivos, especialmente o direito ao aborto; organizações não governamentais (ONG) conservadoras nacionais/locais que se concentram na proteção dos valores familiares, grupos que são por vezes apoiados por pessoas poderosas; comissões parlamentares estabelecidas por partidos políticos; e websites, grupos online e plataformas abertas que divulgam informações, folhetos, livros e mobilizam pessoas para assinar petições, organizar protestos e envolver-se a nível local e nacional (KOROLCZUK, 2014).

A autora reconhece que a medida em que estes grupos e organizações cooperam e trocam informações requer um estudo mais aprofundado, já identificando uma lacuna na literatura do tema. A atual tendência conservadora parece ser uma mistura de influências globais e mobilizações locais, muitos argumentos que estão agora a serem promovidos em diferentes contextos são surpreendentemente semelhantes. Existem também numerosos livros e materiais de propaganda que se tornaram populares entre ativistas conservadores em diferentes países, como o livro "A Revolução Sexual Global: A Destruição da Liberdade em Nome da Liberdade" do sociólogo alemão Gabriele Kuby, que foi traduzido para vários idiomas. Kuby tornou-se extremamente popular nos círculos conservadores, ele viajava regularmente por toda a Europa, dando discursos e entrevistas e popularizando a ideia de que a tendência global de integração da perspectiva de gênero ameaça a compreensão fundamental da natureza humana, ocasionando consequências terríveis para as crianças, famílias e a sociedade como um todo (KOROLCZUK, 2014).

O estudo de Korolczuk (2014) explica que a oposição à chamada ideologia de gênero pode assumir diferentes formas organizacionais, incluindo: organizações não governamentais (ONG) internacionais ou transnacionais, especializadas em litígios no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, por exemplo, e em lobby junto da UE, ONU e etc., com o objetivo de limitar o reconhecimento dos direitos LGBT e reprodutivos, especialmente o direito ao aborto; organizações não governamentais (ONG) conservadoras nacionais/locais que se concentram na proteção dos valores familiares. Estes grupos são por vezes apoiados por pessoas poderosas; comissões parlamentares estabelecidas por partidos políticos; websites, grupos online e plataformas abertas que divulgam informações, folhetos, livros e mobilizam pessoas para assinar petições, organizar protestos e envolver-se a nível local e nacional (KOROLCZUK, 2014).

A autora ainda destaca que muitos movimentos de oposição ao "gênero" surgiram na mesma época e com agendas muito similares. Ela argumenta então que muitos deles estão de

fato interligados e por meio de organizações maiores, muitas vezes americanas e/ou por meio de redes online, incluindo fóruns na Internet, mídias sociais, blogs e sites de notícias. Dadas as semelhanças marcantes entre argumentos e estratégias retóricas, ela supõe que pelo menos alguns dos grupos em diferentes países cooperam e compartilham conhecimento e recursos, usando estratégias adaptadas aos respectivos contextos locais. Dessa forma, propõe-se uma reavaliação da abordagem atual da guerra contra o gênero promovida por muitos estudiosos de gênero e ativistas feministas, a qual é criticada por se basear na noção de que a mobilização antigênero decorre principalmente da ignorância e pode ser "remediada" simplesmente através do fornecimento de informação precisa. Por fim, a participação dos pais, muitas vezes em grande escala, nessas mobilizações conservadoras, também é mencionada como uma possibilidade de repensar as posições feministas sobre maternidade, paternidade e bem-estar infantil (KOROLCZUK, 2014).

De volta ao contexto latino-americano, no Chile, na Cidade do México e no Uruguai, dentre outros, ativistas feministas mobilizaram-se para liberalizações políticas que transformaram o panorama dos direitos reprodutivos da região. Ao mesmo tempo, os movimentos antiaborto, em conjunto com a Igreja Católica, pressionaram com sucesso por restrições políticas draconianas, por exemplo, em El Salvador e na Nicarágua. O debate controverso também ocorreu na Argentina e no Brasil, onde movimentos que buscavam objetivos opostos saíram às ruas em protesto. Reuterswärd (2021), produz um estudo que utiliza métodos qualitativos de rastreamento de processos para analisar os eventos que resultaram em uma reforma restritiva e no status quo, respectivamente. Ela analisa comparativamente as estratégias e o impacto político dos movimentos “pró-vida” e feministas na luta pela política de aborto no México. Com base num extenso trabalho de campo, o artigo argumenta que os movimentos antiaborto são mais propensos a influenciar a elaboração de políticas em contextos em que podem explorar redes e alianças de instituições religiosas hegemônicas e fornecer, indiretamente, aos políticos apoio moral e financeiro legitimador, em troca de reformas restritivas. Para defender este argumento, a análise examina movimentos pró-vida e feministas em dois estados mexicanos: Yucatán, onde o Congresso aprovou uma reforma restritiva; e Hidalgo, onde uma iniciativa idêntica falhou (REUTERSWÄRD, 2021).

3. ESTUDOS SOBRE A INFLUÊNCIA DA IGREJA NO CONTEXTO LATINOAMERICANO

Malca et al. (2017), no artigo que resume os resultados do projeto *Abortion Rights Lawfare in Latin America*, do Centro de Direito e Transformação Social, financiado pelo Programa de Pesquisa sobre a América Latina LATINAMERIKA do Conselho Norueguês de Pesquisa, reafirmam que a discussão do direito ao aborto é significativamente controversa na América Latina. Tendo em vista que, a região historicamente teve uma forte presença da Igreja Católica, enquanto as igrejas evangélicas também desfrutam de uma presença crescente, e a posição oficial prevaiente da Igreja Católica é contra o direito ao aborto, assim como a maioria das igrejas evangélicas. Dessa forma, os autores colocam que a resistência ao aborto na região tem sido ligada à religiosidade, e diferentes estudos confirmam que o contexto e a formação religiosa, de fato, influenciam as pessoas em suas atitudes e opiniões em relação ao aborto (MALCA et al., 2017).

Um dos estudos mais significativos sobre o potencial de influência da Igreja nas redes antiaborto e nos resultados alcançados pelo movimento, foi produzido por Camilla Reuterswärd (2021), que argumenta que movimentos antiaborto tem probabilidades muito mais altas de influenciar políticas públicas nos países da região, em contextos em que eles podem explorar redes e alianças de instituições religiosas hegemônicas e, indiretamente, fornecer aos políticos apoio moral e financeiro legitimador em troca de reformas restritivas. O artigo analisa comparativamente as estratégias e o impacto político dos movimentos “pró-vida” e feministas na luta pela política de aborto no México, comparando os resultados diversos em dois estados do país. (REUTERSWÄRD, 2021)

No México, onde todos os 32 estados têm jurisdição sobre os códigos penais que regem o aborto, os estados de Yucatán e Hidalgo tinham políticas semelhantes em vigor antes de 2009. Isto é, Yucatán e Hidalgo permitiam o aborto em casos de pobreza extrema, risco de vida da mãe e má formação fetal. Além da isenção de estupro válida em todos os estados, o aborto era permitido quando a vida da mulher está em risco em 27 estados, em casos de malformação fetal em 13, e quando a saúde da mulher está em risco em 12 estados. Porém, uma onda de alterações constitucionais restritivas se espalhou pelo país após a descriminalização do aborto na Cidade do México em 2007, de forma que movimentos pró-vida nos dois estados lançaram projetos de lei idênticos sobre o direito à vida nas agendas legislativas. Segundo a autora, com o Partido Revolucionário Institucional (PRI) no poder, sociedades civis fracas, níveis comparáveis de

influência da Igreja Católica e número de associações religiosas e ministérios de culto, o Congresso do Estado de Yucatán aprovou rapidamente a reforma. Entretanto, a tentativa de elevar o direito à vida à categoria constitucional falhou em Hidalgo. Assim, o trabalho busca explicar essa diferença (REUTERSWÄRD, 2021)

Antes de nos debruçar sobre o estudo de Reuterswärd (2021), é necessário entender o contexto mexicano da época. Em 2007, o projeto de lei submetido pelo PRI (partido de centro-direita) à Assembleia Legislativa do Distrito Federal (ALDF), buscando descriminalizar o aborto, desencadeou em um debate extremamente tenso no país. A Arquidiocese da Cidade do México imediatamente ameaçou excomungar os membros do Congresso que votassem a favor da lei, enquanto os grupos feministas reivindicavam aos eleitos do conservador PAN (Partido de Ação Nacional) o respeito ao direito das mulheres de decidirem e que debatessem em função de argumentos científicos e não religiosos. Ainda neste contexto, Marcelo Ebrard, prefeito da Cidade do México, e Emilio Álvarez Icaza, presidente da comissão local de Direitos Humanos, defenderam o caráter laico do Estado. O presidente mexicano Felipe Calderó, no entanto, se colocava a favor de seu partido (o PAN) pedindo à oposição por benevolência, tendo em vista que ela era maioria na assembleia (AMUCHÁSTEGUI, 2019).

Apesar das contestações de Calderó e do clero, em abril daquele ano a ALDF votou a favor reforma que modificou o Código Penal da cidade, adotando uma nova definição de aborto, imputando sanções somente para interrupção da gravidez depois das doze semanas. A nova lei garantia igualmente que os hospitais públicos da cidade dispensariam cuidados médicos gratuitos e de boa qualidade às mulheres. Logo após a publicação da lei, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e o Ministério Público Federal apresentaram apelo diante da Corte Suprema, que organizou audiências públicas em 2008. Apesar das contestações, a Corte declarou que a lei era constitucional para a Cidade do México. E segundo Amuchástegui (2019), em setembro de 2010, 47 mil interrupções legais de gravidez haviam ocorrido sem maiores complicações e sem custos financeiros para as mulheres em questão. Elas se beneficiaram de um dos desenvolvimentos mais importantes em matéria de direitos das mulheres na história do país (AMUCHÁSTEGUI, 2019).

E os fatores que permitiram a mudança histórica começam pela presença da ala esquerda do PRD (Partido da Revolução Democrática) na prefeitura da Cidade do México e na Assembleia Legislativa local. O aborto legal constituía, portanto, um tema bastante progressista que permitiu ao governo local destacar-se da tendência conservadora do governo federal. Além disso, o perfil urbanizado e moderno da cidade favorecia esse resultado. Afinal, é a cidade do

país onde o nível de educação é o mais elevado e onde a população é relativamente bem-informada (AMUCHÁSTEGUI, 2019).

O fato é que, os ativistas antiaborto intensificaram a sua presença pública nos últimos anos e desenvolveram novas estratégias para influenciar as políticas públicas. No caso mexicano, a reação dos grupos de direita e dos conservadores foi rápida e severa: após a decisão da Corte Suprema, diversos congressos locais adotaram reformas constitucionais. Dezoito Estados do país aprovaram uma legislação em defesa da proteção da vida desde o momento da concepção, com consequências imensuráveis para as mulheres, as levando a recorrer a procedimentos custosos e perigosos. Diversos Estados passaram também a processá-las no plano jurídico, baseando-se em acusações do corpo médico dos hospitais públicos. E o fator surpreendente do fenômeno observado, é que estas mudanças legais ocorreram em razão de uma aliança do PRI que, historicamente, tinha se mostrado favorável aos direitos das mulheres na Cidade do México, ao PAN, permitindo a aprovação destas leis em nível dos Estados Federais. Ao contrário da posição que o partido havia defendido em 2007, ele favoreceu essas mudanças jurídicas principalmente por razões eleitorais. Isto é, para ganhar o apoio dos setores conservadores descontentes com os resultados dos últimos governos do PAN no campo econômico e religioso, em matéria de segurança pública e de seguridade social, tendo em vista as eleições de 2012 (AMUCHÁSTEGUI, 2019).

Ou seja, o que o estudo de Reuterswärd (2021) nos mostra é que após a descriminalização do aborto na Cidade do México em 2007, essa onda de alterações constitucionais restritivas varreu o país, de forma que movimentos pró-vida nos dois estados Yucatán e Hidalgo lançaram projetos de lei basicamente idênticos sobre o direito à vida. Apesar das semelhanças, o Congresso do Estado de Yucatán aprovou rapidamente a reforma, enquanto a tentativa falhou em Hidalgo. Em ambos os estados o clero católico apoiou a mobilização dos movimentos, motivados por supostas ameaças à doutrina religiosa. Nos dois casos, ativistas usaram a vasta infraestrutura da Igreja para recolher assinaturas a favor das reformas restritivas. Entretanto, a Rede Pró-Vida de Yucatán foi a que ganhou influência através do seu acesso a aliados religiosos entre a elite econômica e política, por meio do estatuto hegemônico da Igreja no Estado. Afinal, em troca de reformas, a rede pró-vida poderia indiretamente oferecer apoio moral e financeiro aos políticos. Por outro lado, o movimento Sim à Vida em Hidalgo não tinha acesso aos mesmos círculos de elite, ou equivalentes. A Igreja Católica nunca estabeleceu laços com as elites econômicas e políticas do Estado, e o movimento pró-vida não conseguiu oferecer vantagens atraentes o suficiente aos governantes, de forma que o partido no poder tinha poucos incentivos para aprovar uma reforma. (REUTERSWÄRD, 2021)

Yucatán e Hidalgo são na verdade dois casos que representam os dois resultados políticos observados durante a onda de alterações do direito à vida no México de 2008 a 2013: as reformas restritivas e o status quo. E apesar dos resultados políticos diferentes, os dois casos partilham muitas semelhanças, além das já mencionadas. Após décadas de governo semiautoritário do Partido Revolucionário Institucional (PRI), a sociedade civil era fraca em ambos os estados, assim como em grande parte do México. Os dois casos também são comparáveis em termos de indicadores religiosos. Especialistas locais avaliaram que a influência das políticas públicas da Igreja Católica atingiu 1,71 em uma escala de quatro pontos em Yucatán e a pontuação 1 em Hidalgo (REUTERSWÄRD, 2021).

3.1. REDE PRÓ-YUCATÁN

Em 2009, o estado de Yucatán, localizado próximo de Cancún, tornou-se o décimo quarto estado mexicano a aprovar rapidamente uma emenda constitucional que garantia o direito à vida desde o momento da concepção. Liderado pela governadora do já mencionado Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Congresso do Estado acelerou a reforma, que afastou notadamente a história de Yucatán de uma legislação liberal sobre o aborto e de políticas feministas e anticlericais. Embora a maioria do partido apoiasse unanimemente o projeto de lei, a iniciativa não veio do PRI. O que ocorreu nesse estado é que um movimento pró-vida colocou o projeto de lei na agenda legislativa, num processo que começou como uma reação contra a tentativa de liberalizar outra política controversa e polêmica na América Latina, o casamento entre pessoas do mesmo sexo. (REUTERSWÄRD, 2021)

A Rede Pró-Yucatán (PYN), como parte da sua estratégia de mobilização, evitou argumentos abertamente religiosos e negou qualquer filiação à Igreja Católica. Em vez disso, utilizou-se um discurso de dignidade humana e respeito pela vida, baseado em argumentos bioéticos. As organizações da rede sustentaram que a sua oposição ao aborto não se baseava em crenças religiosas, mas sim em crenças humanas. Mesmo que os líderes usassem uma linguagem semelhante à doutrina católica, justamente para afirmar que a vida começa na concepção e que os direitos reprodutivos não podem existir, uma vez que o aborto é um crime. (REUTERSWÄRD, 2021)

No contexto de uma sociedade civil fraca, as infraestruturas da Igreja Católica foram fundamentais para o sucesso da PYN. O acesso à estrutura mobilizadora da Igreja ajudou a rede a alcançar vastos setores de católicos do estado e apenas com o apoio da Igreja é que uma organização da sociedade civil poderia realizar secretamente uma operação tão grande em

Yucatán. Na verdade, a PYN foi a única rede na história do estado a iniciar uma proposta de cidadãos e a realmente cumprir com sucesso os requisitos do processo. Para mais, embora a igreja não tenha reconhecido abertamente o seu envolvimento, os membros do clero apoiaram publicamente a agenda do PYN. Em suma, tratou-se um movimento pró-vida com acesso à elite. (REUTERSWÄRD, 2021)

3.2. O MOVIMENTO SIM À VIDA EM HIDALGO

Em 2011, dois anos após a reforma restritiva de Yucatán, em Hidalgo, estado localizado próximo à Cidade do México, o partido socialmente conservador Partido da Ação Nacional (PAN), apresentou um projeto de lei para proteger a vida desde o momento da concepção também. A iniciativa respondia à proposta de uma deputada de esquerda de descriminalizar o aborto no estado seis meses antes. Porém, assim como em Yucatán, a lei do direito à vida não surgiu dentro do partido governante. Em vez disso, um movimento pró-vida iniciou a reforma na tentativa de defender a doutrina católica e contrariar a lei proposta. (REUTERSWÄRD, 2021)

Em abril de 2011, Ordaz Oliver apresentou um projeto de lei ao Congresso baseado na política da Cidade do México, que, na prática, legalizava os abortos no primeiro trimestre. O movimento pró-vida utilizou-se estratégias seculares para se mobilizar amplamente contra essa iniciativa. Para contrariar o projeto de lei, introduziu-se uma reforma do direito à vida idêntica a de Yucatán e embarcou-se numa campanha para recolher assinaturas. O valor compartilhado, que ultrapassa as fronteiras religiosas e que pode persuadir aqueles que não têm fé a apoiar a reforma, girava em torno da defesa da vida e dos mais vulneráveis, os bebês ainda em gestação. (REUTERSWÄRD, 2021)

Porém, o movimento pró-vida certamente não se mobilizou de forma autônoma, o clero católico iniciou a campanha. Testemunhos de membros da congregação em Pachuca confirmam o envolvimento do clero e de pessoas ligadas diretamente à igreja dedicando seu tempo à "proteção da vida". Essa restrição do movimento às congregações católicas ajuda a explicar por que lhe faltaram líderes específicos. Quando comparado ao PYN, cujos líderes realizavam conferências de imprensa e eram ativos online, há um claro contraste com aqueles que estavam por trás da iniciativa em Hidalgo, que permaneceram anônimos. Ainda segundo Reuterswärd (2021), o movimento também era menos organizado. Em 2011, não tinha presença na internet, nem estrutura concreta de grupos afiliados. Assim como ao PYN, o movimento conseguiu recolher rapidamente milhares de assinaturas a favor da reforma, através da infraestrutura da

Igreja. No entanto, o ponto a ser destacado é que o movimento em Hidalgo não tinha à sua disposição uma grande rede de organizações associadas. Embora o movimento tenha reunido assinaturas num curto espaço de tempo e conseguido colocar uma reforma na agenda legislativa, não se beneficiou dos laços de elite através da igreja que foram justamente o que deu peso político ao PYN e à sua iniciativa. (REUTERSWÄRD, 2021)

Ao comparar os dois casos de Yucatán e Hidalgo, algumas diferenças também são observadas, embora não tenham afetado o resultado. Enquanto uma campanha para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo desencadeou uma mobilização pró-vida no Yucatán, o movimento em Hidalgo organizou-se para combater um projeto de lei que procurava a liberalização do aborto. A mobilização conjunta contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o aborto em Yucatán pode ter facilitado o surgimento do projeto de lei na agenda legislativa, mas não determinou o resultado, já que o Congresso votou as duas propostas separadamente. Para mais, os tipos de iniciativas também não foram decisivos, ambos agiram para desencadear uma mobilização antiaborto. (REUTERSWÄRD, 2021)

3.3. ESTRATÉGIAS FAVORECIDAS PELO PODER DE INFLUÊNCIA DO CLERO

Dessa forma, os dois casos mexicanos selecionados, são uma ótima forma de ilustrar o poder e a influência da Igreja enquanto instituição e da própria religiosidade para as redes e grupos de interesse antiaborto, e conseqüentemente para o avanço das políticas públicas de restrição ao aborto em toda a América Latina. Ao passo que estudos sobre política do aborto forneceram informações importantes sobre as estratégias e a influência dos movimentos feministas na formulação de políticas até aqui, uma literatura pequena, mas crescente, também examina a mobilização católica conservadora. Entretanto, os trabalhos existentes ainda fornecem uma compreensão limitada do seu impacto político. Os movimentos pró-vida ligados à Igreja são retratados como consistentemente fortes, o que acaba por criar uma visão excessivamente estática da oposição religiosa que não explica a variação na sua influência na formulação de políticas.

O clero católico tem apoiado durante décadas movimentos que partilham a sua posição antiaborto. Segundo Reuterswärd (2021), na Argentina, no Equador, em El Salvador e no Peru, o clero passou a ajudar grupos pró-vida a defender a restrição de políticas no final da década de 1990. Muitas vezes clandestinas, estas alianças revelaram-se amplamente bem-sucedidas. Para além dos membros do clero, os ativistas pró-vida desenvolveram estratégias para incluir uma

gama mais ampla de atores para desafiar as agendas progressistas dos direitos reprodutivos. Muitos grupos formalizaram as suas estruturas em organizações não governamentais a partir da década de 1980, como as duas norte-americanas HLI e *Heartbeat International*, que serão destrinchadas posteriormente neste trabalho. Desde então, uma frente ativista diversificada, abrangendo instituições acadêmicas religiosas, movimentos leigos, bioeticistas e grupos parlamentares, convergiu sob o rótulo pró-vida e vêm servindo como um movimento mobilizado em torno da defesa de uma ordem moral conservadora idêntica à doutrina católica. Uma frente que opera a nível global, regional e local (REUTERSWÄRD, 2021).

A literatura destaca algumas estratégias dessa frente que as afastam da igreja, que minimizam sua identidade religiosa, facilitando uma ampla mobilização contra o aborto, tendo em vista que não se restringe apenas à população frequentadora desta instituição. Para construir redes entre os grupos não religiosos e pró-vida, essa frente recorre cada vez mais a argumentos baseados na biologia, na psicologia e na bioética. Ao afastar-se do discurso religioso, promovem uma agenda moral católica disfarçada de defesa dos interesses públicos e da moral universal. Minimizar a identidade religiosa para mobilizar através das divisões religiosas também faz parte da estratégia principal que une católicos e evangélicos na prossecução de uma agenda pró-vida conjunta, deixando de lado as diferenças (REUTERSWÄRD, 2021).

O estudo de caso apresentado por Reuterswärd (2021), deixa claro o poder de estar do lado de instituições religiosas. Os movimentos pró-vida influentes tem possibilidade de explorar as redes e alianças das instituições religiosas hegemônicas. Os laços com o clero de alto escalão, por sua vez, ligados às elites econômicas, são o que permitem que os movimentos forneçam indiretamente aos governantes e políticos envolvidos um apoio moral e financeiro muito atraente, criando incentivos para aprovar reformas restritivas. Isso se dá porque enquanto autoridades morais de confiança, as instituições religiosas gozam de significativa credibilidade entre os cidadãos, o que se traduz num capital político substancial. Os líderes religiosos são pilares confiáveis da sociedade que estão acima da política, e o seu apoio moral pode legitimar os governantes e as suas políticas, especialmente entre os fiéis que confiam nas autoridades religiosas. Reuterswärd (2021) destaca, entretanto, que fornecer legitimidade moral requer a capacidade de persuadir as massas. Apenas as instituições religiosas que representam a fé majoritária e gozam de amplo apoio popular podem influenciar grandes segmentos do público. As elites políticas estão, portanto, mais dispostas a negociar com os líderes de grandes comunidades eclesiais que controlam os monopólios religiosos do que com aqueles que representam uma parcela menor da população latino-americana, por exemplo os grupos e ativistas feministas. No entanto, a interferência política direta do clero é proibida em países

como o México, Brasil etc., e, portanto, deveria ser considerada ilegítima (REUTERSWÄRD, 2021).

4. ESTUDOS SOBRE A INFLUÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS “PRÓ-VIDA” E “PRÓ-FAMÍLIA”

Machado, Peñas-Defago e Malca (2022), concordam que nos últimos anos, gênero e sexualidade tornaram-se um foco de polarização política na América Latina. É um efeito observado em diversos países, onde não só atores religiosos e líderes políticos, mas também organizações não governamentais “pró-vida” e “pró-família”, entre outros, uniram-se para promover uma mudança neoconservadora na política regional contemporânea. Ou seja, a mobilização antiaborto ilustra importantes sinais de adaptações e mutações em diferentes frentes, seja em redes, alianças, estratégias ou enquadramentos. As autoras observam convergências importantes entre os casos latino-americanos e a partir de evidências de diferentes estudos de caso de países na região, elas analisam as principais características do ativismo antiaborto na área, identificando pontos comuns e também levantando a hipótese de que essas mudanças na composição das redes antiaborto e suas estratégias de mobilização indicam uma tendência difundida transnacionalmente, embora que ainda estejam todas sujeitas a diferentes processos de vernacularização. Destaca-se que os atores antiaborto estão reorganizando suas alianças e ativismo em direção a um campo mais amplo de mobilização antigênero, além de estarem enriquecendo suas estratégias e estruturas, utilizando-se até mesmo de métodos anteriormente usados por movimentos sociais progressistas. O artigo evidencia ainda como a mobilização antiaborto expandiu suas arenas de incidência, construiu alianças com instituições oficiais, fez parcerias com partidos políticos locais e participou de redes abrangentes de organizações da sociedade civil locais, nacionais e transnacionais que compreendem grupos religiosos, inter-religiosos e seculares (MACHADO; PEÑAS-DEFAGO; MALCA, 2022).

Em Vidal e Martins (2023), defende-se que a crítica a ideologia de gênero feita por movimentos antigênero, de fato une a extrema direita transnacional e multifacetada. Nesse sentido, a temática de gênero atua como uma “cola”, em uma campanha para redefinir a sociedade e retirar das mulheres direitos já adquiridos. Um processo em que determinados grupos religiosos, entre eles a Igreja Católica, possuem papel de destaque, e se globalmente essa agenda é capitaneada pela Igreja Católica, no contexto brasileiro, as autoras demonstram que ela encontra ainda uma outra aliada: as igrejas de vertente evangélica. A perspectiva defendida é de que esses movimentos antigênero podem ser considerados como instrumentais no estabelecimento de consensos para manutenção hegemônica de uma política proibicionista.

O controle do corpo da mulher por homens a serviço de um sistema capitalista, é legitimado a partir de uma roupagem virtuosa e moral.

As pesquisadoras tratam dessa agenda de controle do corpo da mulher no âmbito do aborto na América Latina, dando destaque ao caso do Brasil. Porém, por conta do seu caráter transnacional, as autoras evidenciam alguns dos grupos e atores estadunidenses, latino-americanos e brasileiros que atuam para legislar em prol da restrição da prática em países da região. Por fim, aponta-se no capítulo os elos entre grupos e lideranças estadunidenses capilarizados na América Latina, principalmente no Brasil. Além disso, nesta bibliografia é interessante destacar também a menção das autoras sobre a condução da HLI a partir de um corpo executivo e diretivo composto na sua maioria por homens. Afinal, a cúpula dessa instituição antiaborto é emblemática da atuação de homens legislando sobre os corpos das mulheres (VIDAL; MARTINS, 2023).

4.1. HEARTBEAT INTERNATIONAL (HI)

A primeira organização apresentada pelas autoras é a Heartbeat International, já mencionada algumas vezes neste trabalho. Trata-se de uma organização católica fundada em 1971 em Ohio, que atua através de centros de gravidez em crise (*crisis pregnancy centers*) dentro e fora dos EUA. De acordo com a aba "*About us*" de seu website², essa instituição se caracteriza por ser a maior rede de ajuda à mulher gestante, atuando a partir de cerca de 3 mil centros. Eles se afirmam como a primeira rede de centros de recursos pró-vida sobre gravidez nos EUA e a maior e mais expansiva do mundo. Desde sua criação, afirmam ter apoiado e iniciado organizações de ajuda à gravidez, incluindo clínicas médicas, centros de recursos para gravidez, maternidades e agências de adoção em todo o mundo. Atualmente, a HI atende mais de 3.000 locais afiliados em todos os seis continentes habitados para fornecer alternativas ao aborto. Se denominam como uma associação cristã sem fins lucrativos de centros de recursos para gravidez baseados na fé cristã, clínicas médicas, maternidades e agências de adoção sem fins lucrativos endossadas por líderes cristãos em todo o país.

A organização apresenta ter como visão um mundo onde cada nova vida é bem-vinda e as crianças são criadas de acordo com o "Plano de Deus", de modo que o aborto é impensável.

² Informações disponíveis no site da organização. HEARTBEAT INTERNATIONAL. About us. **Heartbeat International**, 2023. Disponível em: <<https://www.heartbeatinternational.org/about-us>> Acesso em 13 nov. 2023.

Dessa forma, a missão principal de salvar vidas da Heartbeat é alcançar e resgatar o maior número possível de vidas, em todo o mundo, através de uma rede eficaz de ajuda à gravidez que reafirma a vida. Ainda segundo o website, os principais princípios da organização são: propor e oferecer, por meio de educação e serviços criativos, escolhas positivas para mulheres desafiadas pela gravidez; não discriminar seus serviços com base em raça, credo, cor, nacionalidade, idade ou estado civil; serviços pessoais, confidenciais e sem julgamentos; não aconselhar, fornecer ou encaminhar para aborto, abortivos ou contraceptivos; e por fim, incentivar a castidade como uma escolha positiva de estilo de vida.

Ou seja, a organização se coloca não contra o aborto, mas também contra abortivos ou contraceptivos. Ela não promove métodos de controle de natalidade para planejamento familiar, controle populacional ou questões de saúde, incluindo prevenção de doenças. E na América Latina, atuam como parceiros dos Centros de Ajuda para a Mulher Latino-Americana (CAMs), com sede no México. Só nesse país, a Heartbeat é responsável por pelo menos 70 grupos afiliados. Não à toa, a instituição estadunidense investiu cerca de 16 mil dólares entre 2013 e 2015 e 25 mil entre 2015 e 2020 para que os CAMs dessem treinamento, consultoria e apoio aos grupos afiliados (VIDAL; MARTINS, 2023).

O foco da Heartbeat, para além do investimento e apoio na criação e manutenção de centros afiliados, está também na construção de materiais para divulgação e de treinamento de profissionais. Apesar de se apresentarem como clínicas médicas, na verdade os centros ligados a Heartbeat não possuem profissionais da saúde capacitados, afinal a ideia por trás das supostas clínicas é justamente aparentar uma natureza científica e ao mesmo tempo acolhedora (VIDAL; MARTINS, 2023). E a organização norte-americana segue intensamente em atividade atualmente. Segundo relatório anual de 2022 da Heartbeat International, a organização finalizou o ano com um total de 2.836.300 visitas pessoais de clientes em centros de apoio à gravidez, um aumento de 36% em relação a 2021. Além disso, 3.250 afiliados Heartbeat no mundo, do total de 7.000 locais que fornecem ajuda na gravidez ao redor do globo. A Heartbeat tem hoje afiliados em 89 países e territórios.

Uma de suas estratégias mais eficientes é justamente a coleta de dados e a publicidade de seus trabalhos e de materiais “educativos”. Entretanto, não podemos dizer o mesmo de sua composição e de suas finanças. Não foram encontrados dados acerca de quem coordena a instituição, nem como seus recursos são oriundos e onde são gastos. A relação entre América Latina e a organização estadunidense foi estabelecida a um tempo, o primeiro CAM foi fundado depois que um ativista local assistiu a uma conferência nos EUA protagonizada por outro grupo antiaborto: o Human Life International (VIDAL; MARTINS, 2023).

4.2. HUMAN LIFE INTERNATIONAL (HLI)

No que diz respeito a Human Life International, trata-se de uma organização estadunidense católica liderada pelo padre Shenan Boquet, que segundo a organização é um dos principais especialistas no movimento internacional pró-vida e familiar, tendo viajado para quase 90 países em missões pró-vida na última década. Ao serviço da missão global da HLI, o Padre Boquet colabora com autoridades do Vaticano, arcebispos e líderes religiosos e civis. Ele educa e orienta seminaristas, sacerdotes, religiosos consagrados e leigos, além de dar inúmeras palestras em conferências e simpósios nos Estados Unidos, bem como em conferências internacionais. Ele também trabalha com líderes pró-vida e familiares em 116 condados que fazem parceria com a HLI para proclamar e promover o evangelho pró-vida.

Com sede na Virginia e altamente organizada, a HLI se capilariza em 160 países e é responsável por mais de 1.500 missões nesses países. A organização atua realizando conferências e treinamentos de legisladores, médicos e padres, trabalhando para a criação e manutenção de instituições parceiras nos outros países. Além disso, fazem pressão no Congresso e no Executivo estadunidense (VIDAL; MARTINS, 2023).

Definida nas três palavras: pró-vida, católica e global, a Human Life International se apresenta em seu website³ com uma missão global baseada em 3 pilares: treinar líderes locais, causando um impacto duradouro nas comunidades ao redor do mundo através de médicos, professores e etc.; ajudar as famílias a escolherem a vida, ou seja, salvar vidas fornecendo aconselhamento, cuidados de saúde e outros recursos a grávidas em crise; e ir além do aborto, levando ao mundo todos os ensinamentos de Cristo sobre a vida e a família, incluindo castidade, casamento, questões de fim de vida e muito mais. Segundo a organização, é isso que constrói uma cultura verdadeiramente "pró-vida". Ainda em seu site, onde qualquer um pode fazer doações, eles apresentam algumas promessas de impacto. São elas: ensino 100% católico, ou seja, prometem ensinar todo o plano de Deus para a vida e a família o tempo todo, sem exceções; a possibilidade de acompanhar os impactos de sua contribuição, de forma que quando você doa, eles prometem contar as histórias daquelas cujas vidas sua doação mudou; e por fim, causar um impacto duradouro, ou seja, prometem realizar mudanças a longo prazo, aproveitando para justificar aí a necessidade de apoio local. Eles se comprometem a treinar líderes locais para que seu impacto permaneça.

³ Informações disponíveis no site da organização. HUMAN LIFE INTERNATIONAL. About us. **Human Life International**, 2023. Disponível em: <<https://www.hli.org/about-us/>> Acesso em: 15 nov. 2023.

Desde sua concepção, a organização atua em cinco frentes: contraceptivos, aborto, família, eutanásia e tecnologias reprodutivas. Porém, a partir da atual presidência do Padre Shenan Boquet, o foco tem sido reduzido a três dessas áreas: “contraceptivos, aborto e comunidade LGBT”. De acordo com Boquet, o “transgenderismo”, o uso de contraceptivos e a prática de aborto são manifestações de um tipo de cultura contemporânea que estaria contra desígnios naturais e divinos. Nesse sentido, a defesa da castidade até o casamento tem sido uma das principais bandeiras de defesa da organização. Ademais, na sua criação, a HLI teve apoio de determinados grupos e lideranças que transitavam na sociedade civil, no âmbito das organizações, nos institutos conservadores, além também do apoio dos corredores de Washington. Entre esses estão a American Life League (ALL), que se apresenta como a mais antiga organização advocacy pró-vida nos EUA; a Free Congress Foundation (FCF), que tinha como objetivo pressionar por pautas conservadoras no Congresso e enfraquecer as pautas trabalhistas; e a Brent Bozell III, figura importante da direita estadunidense com trânsito no Executivo e em organizações conservadoras. Nos seus primeiros anos de atuação a instituição se caracterizava por declarações e ações “chocantes”, como discursos racistas e sexistas na mídia e até mesmo a apresentação de fetos em vidros para uma audiência infantil na Irlanda (VIDAL; MARTINS, 2023).

Em suma, a HLI é responsável por atuar junto a congressistas na defesa de uma agenda contrária a legalização do aborto, tanto dentro quanto fora dos EUA. Nesse sentido, ainda de acordo com Vidal e Martins (2023), mesmo que o trânsito nos corredores de Washington não seja recente, a relação desses dois grupos (HLI e Heartbeat International) com a política estadunidense elevou proeminência durante o governo Donald Trump (2017-2021). Scott Lloyd, o então diretor do Office of Refugee Resettlement, fez parte da diretoria da Heartbeat e fundou um “escritório de advocacia cristão” na sede da HLI na Virgínia. Acusado de impedir refugiadas adolescentes de abortar, ele se tornou herói de grupos antiaborto nos EUA (VIDAL; MARTINS, 2023).

4.3 IMPACTOS OBSERVADOS

A Human Life International é uma organização altamente estruturada e capilarizada, que possui um centro de coordenação em cada região do globo. Dentre eles, a América Latina tem prioridade, foi a primeira região externa a receber a atenção da HLI. Atualmente, Mario Rojas é quem faz a coordenação nessa região, um boliviano/estadunidense e empresário. Rojas trabalhou na indústria do petróleo na América Latina, na indústria aeroespacial e na promoção

de investimentos no setor industrial. Em 2007, ele passou a comandar uma rede que visava estabelecer frentes legislativas contrárias ao aborto na região, chamada Latin American Parliamentary Network. De acordo com a própria HLI, Mario ajudou a abrir e consolidar as frentes de legisladores pró-vida em vários países da região. Em 2009, ele foi à Bolívia para estabelecer o primeiro escritório regional da HLI na América Latina (VIDAL; MARTINS, 2023).

Desde a década de 1980 a HLI vinha desenvolvendo filiais e parcerias na América Latina, mas o número dessas instituições mais que dobrou entre 2012 e 2015. Nesse período, a instituição “mãe” investiu mais de 1,3 milhão de dólares em grupos parceiros antiaborto na América Latina e no Caribe. Segundo Vidal e Martins (2023), dados apontam que há atualmente 70 CAMS no México e 130 em outros 20 países da América Latina: México, Guatemala, Belize, El Salvador, Costa Rica, Nicarágua, Colômbia, Argentina, Chile, Cuba, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Porto Rico, República Dominicana, Venezuela, Uruguai, Paraguai e Panamá (VIDAL; MARTINS, 2023).

E no caso da Heartbeat International, também contrariando a prerrogativa de uma instituição sem fins lucrativos que proíbe atividades políticas, a organização atua fazendo lobby no Congresso estadunidense e em países latino-americanos também. Em El Salvador, por exemplo, o representante da organização, Ron Archer, visitou o país ao menos três vezes dando palestras e participando no Congresso salvadorenho (VIDAL; MARTINS, 2023).

Para ilustrar a dimensão do investimento financeiro que ambas essas organizações recebem, ao acessar os formulários 990, um formulário da Receita Federal dos Estados Unidos que fornece informações financeiras sobre organizações sem fins lucrativos, é possível constatar um rendimento total de \$7,154,093 dólares em 2019 e \$6,385,152 dólares no ano de 2020, apenas para a *Heartbeat International* registrada em Columbus, Ohio. No formulário da *Human Life International* observa-se um rendimento total de \$3,457,981 dólares em 2019 de \$2,597,009 dólares em 2020.

5. ESTUDOS DE COMPARAÇÃO DAS RETÓRICAS E GRAMÁTICAS DE MOVIMENTOS ANTIABORTO

Ao forcarmos a atenção nas comparações entre movimentos antiaborto, já realizadas pela literatura disponível, o projeto "*Abortion Rights Lawfare in Latin America*" já mencionado, tomando o direito ao aborto legal como ponto de investigação, trata-se de um projeto de pesquisa que analisa a natureza, a forma, as causas e principalmente as consequências da legalidade na América Latina. Com o objetivo de identificar as estratégias utilizadas pelos atores envolvidos nas lutas em torno do direito ao aborto, o projeto basicamente construiu um banco de dados com eventos sobre direitos ao aborto coletados pela equipe de acadêmicos e especialistas de cada país. A base de dados contém informações de seis países do estudo de caso: Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, México e Peru. Com informações de janeiro de 1990 até agosto de 2016, foram identificados 306 eventos no total. A análise destes dados revela que, apesar de algumas estratégias partilhadas entre grupos que apoiam e se opõem aos direitos ao aborto legal e seguro, algumas estratégias são exclusivas de um dos lados da guerra do aborto. Afinal, as reformas constitucionais e os requisitos para forçar os candidatos políticos a partilhar a sua posição sobre o aborto têm sido utilizados exclusivamente para restringir o direito ao abortamento. O litígio nos tribunais locais tem sido uma importante estratégia para grupos que se opõem ao direito ao aborto, especialmente em El Salvador e no Peru, onde decisões judiciais permitiram a continuação da criminalização e ainda proibiram a distribuição da pílula do dia seguinte (MALCA, 2017).

E numa abordagem contextual e relacional do conflito político, Machado, Peñas-Defago e Malca (2022), buscam demonstrar que o confronto entre os movimentos sociais e os seus oponentes gera uma cadeia de ações e reações, em que as mobilizações e conquistas de cada lado alteram o equilíbrio de oportunidades, restrições e ameaças para o outro, desencadeando então em uma reação. O objetivo das autoras em seu trabalho, foi localizar o processo de renovação e reorganização do campo antiaborto como reação às vitórias de grupos feministas e LGBTQ+ em diferentes instâncias, tanto no cenário internacional quanto no doméstico. Afinal, no plano internacional, mesmo com a presença de alianças conservadoras nas conferências da ONU e diversas estratégias empregadas pelo Vaticano, não foi possível evitar diversas vitórias do movimento feminista, por exemplo: a Conferência da ONU em Viena, de 1993, lançou o quadro dos direitos humanos das mulheres e apoiou medidas para combater a violência contra as mulheres; a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo

em 1994, reafirmou os direitos das mulheres como direitos humanos e transferiu o controle da fertilidade da matriz demográfica para os direitos reprodutivos, com a palavra gênero sendo utilizada pela primeira vez num documento internacional oficial; além disso, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, em 1995, reafirmou o direito das mulheres de controlar todos os aspectos da sua saúde, inclusive a sua própria fertilidade (MACHADO; PEÑAS-DEFAGO; MALCA, 2022).

Dessa forma, a característica observada é que a derrota das forças antiaborto nas Conferências da ONU desencadeou reações no campo antiaborto de forma transnacional.

Depois do Cairo e nas vésperas da Conferência de Pequim, o Papa João Paulo II lançou a *Encyclical Evangelium Vitae* (Evangelho da Vida) para denunciar a “cultura da morte” promovida pelas instituições internacionais. O documento apelava aos católicos para que se organizassem e visassem os legisladores e considerassem as mulheres que já abortaram, especialmente as mais pobres, como vítimas de circunstâncias sociais e de desinformação científica sobre o início da vida. (MACHADO; PEÑAS-DEFAGO; MALCA, 2022, p.6, tradução própria)⁴.

Para mais, as Conferências da ONU também foram utilizadas como espaços de ligação transnacional para a coligação antiaborto, que incluía o Vaticano, os Estados católicos, políticos pró-vida estadunidenses e a Human Life International. A HLI passou a financiar campanhas de lobby, fazer parcerias com instituições locais na América Latina, por exemplo a "Pro Vida México", e criando conexões em toda a região ao longo dos anos 90 (MACHADO; PEÑAS-DEFAGO; MALCA, 2022).

De volta ao trabalho de Malca (2017), na análise do projeto *Abortion Rights Lawfare in Latin America*, outra característica observada pelo estudo é o poder político de que gozam os atores que se opõem ao direito ao aborto seguro e legal. Estes grupos demonstraram a sua capacidade de criar debates e obter reformas nos órgãos legislativos, inclusive reformas constitucionais. À título de exemplo dos poderosos efeitos simbólicos deste tipo de iniciativa, esta capacidade de influenciar os poderes legislativo e executivo foi o que permitiu a aprovação, em toda a região, de um dia em homenagem aos "não nascidos", que é hoje utilizado em muitos países como um dia central para manifestações antiaborto. Ademais, os dados mostram que, nos últimos 10 anos, o direito ao aborto ganhou destaque nas campanhas políticas em toda a região, com grupos conservadores a exigir que os candidatos presidenciais e aqueles que

⁴ Texto original: “After Cairo and on the eve of the Beijing Conference, Pope John Paul II launched the *Encyclical Evangelium Vitae* (Gospel of Life) to denounce the “culture of death” promoted by international institutions. The document called on Catholics to organize and target legislators and to consider women who have once aborted, especially the poorest ones, as victims of social circumstances and scientific misinformation about the beginning of life”.

concorrem às legislaturas nacionais e locais declarem publicamente as suas posições em relação ao direito ao aborto (MALCA, 2017).

Dessa forma, a análise identificou diferentes estratégias utilizadas pelos atores que favoreciam a criminalização do aborto na América Latina e mostrou a difusão de algumas dessas estratégias em toda a região. Basicamente, os atores nacionais utilizaram estratégias jurídicas semelhantes para promover a criminalização ou prevenir a descriminalização do aborto. Os resultados do estudo indicaram que o movimento contra o direito ao aborto na América Latina é um movimento regional, mas com um nível significativo de coordenação que permite aos atores envolvidos a troca de experiências e conhecimentos. O que pôde ser visto como estratégias semelhantes foram: atuar nas mesmas arenas; os planos nacionais de direitos humanos e reformas dos Códigos da Criança; além da utilização de argumentos jurídicos semelhantes, incluindo a adoção de discursos e enquadramentos de direitos humanos, partilhando a mesma interpretação dos tratados internacionais de direitos humanos, por exemplo o Pacto Interamericano de Direitos Humanos e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ou até citar e apresentar as mesmas evidências científicas para apoiar os seus argumentos (MALCA, 2017).

Em suma, a análise das estratégias utilizadas pelos atores contrários ao aborto revela principalmente o poder político de que gozam esses atores. Afinal, os tribunais são uma arena conhecida por estes atores envolvidos, de forma que o seu poder político permite a utilização dos poderes legislativo e executivo como suas principais arenas de disputa. Os líderes evangélicos conservadores, por exemplo, tiraram proveito do contexto regional de corrosão da confiança pública nos partidos políticos e dos baixos níveis de confiança nas instituições democráticas, a fim de mobilizar os votos dos seus fiéis, em troca do apoio dos partidos às posições conservadoras. Então embora a reação conservadora contra o direito ao aborto não seja exatamente hegemônica, a crescente coordenação das estratégias regionais e o contexto político e eleitoral mais amplo em muitos países significam que a luta para defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres assumiu uma nova urgência. Ou seja, os movimentos nacionais contra o direito ao aborto das mulheres fazem parte de alianças regionais em que existe um elevado nível de intercâmbio entre organizações de diferentes países (MALCA, 2017).

Neste sentido, a posição dos atores no terreno, as alianças, bem como o equilíbrio jurídico e político das oportunidades a nível local, são pontos cruciais para compreender por que e como as tendências transnacionais encontram o seu caminho através dos processos políticos nacionais e porque são mais bem-sucedida em alguns países do que em outros. Ao

analisar as trajetórias das batalhas pelo aborto nos países da América Latina, é possível observar uma variação nas regulamentações, bem como um cenário mutável e volátil. Os acontecimentos mais recentes na Argentina, no México e na Colômbia, por exemplo, trouxeram novas esperanças para a região; ao passo que, na direção oposta, muitos países ainda estão lidando com a realidade ou a ameaça de proibições totais do aborto. Essa heterogeneidade é explicada também pelos contextos sociopolíticos complexos e diferentes da região, além dos equilíbrios internos das estruturas de oportunidades jurídicas e políticas. Neste artigo de Machado, Peñas-Defago e Malca (2022), em vez de acompanhar cada processo político, as autoras estavam mais interessadas em encontrar traços comuns de inovação dentro do campo antiaborto em diferentes contextos, catalisados por um processo transnacional de circulação de novos repertórios posto em movimento em específico pela derrota antiaborto no Cairo (MACHADO; PEÑAS-DEFAGO; MALCA, 2022).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que as bibliografias disponíveis sobre o tema permitem uma discussão enriquecedora sobre os avanços das redes e grupos de interesse antiaborto na região latino-americana, de forma que é preciso analisar e discutir a guerra contra políticas de gênero como um fenômeno transnacional de longa duração, e não como recente e local. Fica claro que os movimentos religiosos conservadores de defesa influenciam direta e indiretamente as políticas públicas, operando como intermediários entre os políticos e a Igreja. Os grupos antiaborto constituem um subconjunto destes movimentos e, ao aprovarem a sua agenda moral, que é idêntica à doutrina católica, os políticos ganham o apoio legitimador do clero. Embora o acesso aos recursos da igreja proporcione o potencial para a ação coletiva, ele não garante mobilização ou impacto político. A investigação existente nas literaturas até hoje, ainda falha em explicar com precisão essa variação na influência política dos movimentos pró-vida e especificar os fatores que sustentam a sua influência política, entretanto, já avançou o suficiente para identificar semelhanças de atuação. Constatado, portanto, que se faz necessário debruçar-se cada vez mais nas estratégias transnacionais utilizadas por esses grupos, para lançar luz sobre a defesa religiosa conservadora e examinar a mobilização e operação do movimento global, principalmente sobre as materializações desse sistema colocado em prática.

O fato é que, na prática, a capacidade dos movimentos feministas de oposição a este fenômeno de afetar a política, depende muito de executivos amigáveis que proporcionem aos ministérios recursos suficientes e influência política. Como principais aliados políticos dos movimentos feministas, os partidos de esquerda têm tradicionalmente apoiado as reivindicações por uma maior igualdade de gênero. Porém, como demonstrado neste trabalho, os esforços para descriminalizar o aborto só tiveram sucesso onde partidos de esquerda dominam os poderes executivo ou legislativo e em contextos de relações conflituosas entre a Igreja e o Estado, ou seja, quando os políticos em questão tinham pouco a perder ao desafiar a doutrina religiosa.

À vista disso, faz-se necessário investigar cada vez mais as organizações não governamentais “pró-vida” ou “pró-família” que vêm se desenvolvendo e se espalhando cada vez mais na região. A pouca bibliografia disponível hoje sobre o tema, embora disponibilize diversas pesquisas que já proliferam as significativas semelhanças encontradas nos casos estudados na América Latina, ainda não conseguiu de fato destrinchar-se sobre o quem e o como. Ou seja, falta catalogar de fato as estratégias que estão sendo utilizadas, os meios pelos quais elas são estrategicamente difundidas e transnacionalizadas, além ainda de identificar mais

atores. Afinal, é de extrema importância entender quem são os agentes investindo nessa metodologia de influência da política latina e quais seus interesses. Para compreender plenamente esses processos, as análises comparativas do fenômeno precisam identificar mais explicitamente como ele se desenvolveu em diferentes espaços nacionais e transnacionais. Além de expor as conexões e semelhanças entre casos, é preciso investigar também as fontes financeiras que possibilitam essa internacionalização. Dessa forma, tornar-se-ia possível também que grupos feministas e progressistas criassem estratégias para se opor à essa linguagem fortemente polêmica que se baseia em informações tendenciosas ou falsificadas, além de “mitos urbanos” sobre os efeitos desastrosos da educação e igualdade de gênero, que vêm estrategicamente se difundindo na América Latina e influenciando a vida de milhares de pessoas.

7. BIBLIOGRAFIA

AMUCHÁSTEGUI, Ana et al. Sexualidade e autonomia das mulheres no México: o estado laico em questão. **Mandrágora**, v. 25, n. 1, p. 267-288, 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/9649> Acesso em: 9 nov. 2023.

Annual Report 2022. **Heartbeat International**, 2022. Disponível em: https://www.heartbeatinternational.org/images/pdf/Annual_Report_ONLINE_2022.pdf Acesso em 22 jun. 2023.

BLOFIELD, Merike; EWIG, Christina. The left turn and abortion politics in Latin America. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 24, n. 4, p. 481-510, 2017.

Form 990 for period ending September 2018 Heartbeat International Inc. **Propublica - Nonprofit Explorer**. Disponível em: https://projects.propublica.org/nonprofits/display_990/237335592/05_2019_prefixes_23-23%2F237335592_201809_990_2019050916280171 Acesso em: 23 jun. 2023.

Form 990 for period ending September 2019 Heartbeat International Inc. **Propublica - Nonprofit Explorer**. Disponível em: https://projects.propublica.org/nonprofits/display_990/237335592/10_2020_prefixes_23-26%2F237335592_201909_990_2020102217402041 Acesso em: 23 jun. 2023.

Form 990 for period ending September 2020 Human Life International. **Propublica - Nonprofit Explorer**. Disponível em: https://projects.propublica.org/nonprofits/display_990/521241765/06_2021_prefixes_47-52%2F521241765_202009_990_2021060118220336 Acesso em: 23 jun. 2023.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay (Ed.). **Seeking Rights from the Left: Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide**. Duke University Press, 2018.

Full text of "Full Filing" for fiscal year ending Sept. 2020 Human Life International. **Propublica - Nonprofit Explorer**. Disponível em: <https://projects.propublica.org/nonprofits/organizations/237335592/202112249349300531/full> Acesso em: 23 jun. 2023.

HEARTBEAT INTERNATIONAL. About us. **Heartbeat International**, 2023. Disponível em: <https://www.heartbeatinternational.org/about-us> Acesso em 13 nov. 2023.

HIPSHER, Patricia. Sex and the State: Abortion, Divorce, and the Family Under Latin American Dictatorships and Democracies. **Perspectives on Politics**, v. 2, n. 3, p. 613-614, 2004. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/abs/sex-and-the-state-abortion-divorce-and-the-family-under-latin-american-dictatorships-and-democracies/3379C9678E88945180DD594145848782> Acesso em: 25 set 2023.

HUMAN LIFE INTERNATIONAL. About us. **Human Life International**, 2023. Disponível em: <https://www.hli.org/about-us/> Acesso em: 15 nov. 2023.

KOROLCZUK, Elżbieta. The War on Gender" from a transnational perspective—Lessons for feminist strategising. **Anti-Gender Movements on the Rise? Strategising for Gender Equality in Central and Eastern Europe**, p. 43, 2014.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; PEÑAS-DEFAGO, María Angélica; MALCA, Camila Gianella. Anti-Abortion Mobilization in Latin America: Signs of a Field in Transformation. **Revista Direito GV**, v. 18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/v3xWNwq5msfvDWg7HfztX5g/abstract/?lang=en> Acesso em: 8 mar 2023.

MALCA, Camila Gianella et al. A new conservative social movement? Latin America's regional strategies to restrict abortion rights. **CMI Brief**, 2017. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/6258-a-new-conservative-social-movement> Acesso em: 8 mar 2023.

REUTERSWÄRD, Camilla. Pro-life and feminist mobilization in the struggle over abortion in Mexico: Church networks, elite alliances, and partisan context. **Latin American Politics and Society**, v. 63, n. 3, p. 21-45, 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/prolife-and-feminist-mobilization-in-the-struggle-over-abortion-in-mexico-church-networks-elite-alliances-and-partisan-context/752C82175FB9D4F77C114DD739E6174A> Acesso em: 21 set 2023.

VIDAL, Camila Feix; MARTINS, Pâmela de Amorim. Agenda antiaborto na América Latina e no Brasil: uma ofensiva transnacional. In: BRANDÃO, Alessandra Soares et al. **Falas, percursos, práticas e modos de (r) ex (s)istir**. Pimenta Cultural, 2023, p. 352-393.